



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0015498-44.2010.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Posse**  
 Requerente: **Telesa Telecomunicações Sa**  
 Requerido: **Scw Telecom Ltda Epp**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

TELESA TELECOMUNICAÇÕES SA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Reintegração / Manutenção de Posse em face de Scw Telecom Ltda Epp, alegando ter contratado verbalmente com a ré a hospedagem de quatro (04) servidores e respectivos programas, pelo preço de R\$ 400,00 mensais, a serem pagos na forma de créditos do serviço *VoIP* originadas naqueles mesmos quatro (04) servidores ali instalados, além de outros R\$ 70,00 referentes a serviços de manutenção da *Central Ok* (sic.), tendo sido ajustado que esse equipamento e respectivos programas iriam retornar à autora no dia 19 de setembro de 2010, obrigação que a ré, não obstante notificada, não teria cumprido, causando-lhe prejuízo pela impossibilidade de *atualizar modificações técnicas relativas à Internet* nos servidores, de modo que pretende não apenas a reintegração na posse dos bens descritos, além da condenação da ré ao pagamento de indenização por danos materiais.

A autora peticionou nos autos a intimação da ré para que não desligasse os equipamentos.

A ré apresentou resposta afirmando não tivesse desligado os equipamentos, não obstante tenha tomado conhecimento de que o serviço *VoIP* não estaria funcionando, conforme comunicado à autora, não existindo oposição alguma à retirada dos equipamentos de sua sede, exigindo, apenas, a constatação técnica sobre as causas de os aparelhos não estarem desligados, de modo a concordar que a autora seja reintegrada na posse dos quatro (04) servidores e respectivos programas.

Houve determinação de entrega, por Oficial de Justiça, do equipamento à autora, com auto lavrado nos autos, sendo as partes ouvidas em interrogatório, ao que se seguiu a realização de prova pericial e a oitiva de uma testemunha da autora, encerrando-se a instrução, com memoriais das partes que reafirmaram as respectivas postulações.

É o relatório.

Decido.

Conforme ficou claro do teor do depoimento das partes, a ré recebeu os quatro (04) servidores com os programas *VoIP*, uma versão desenvolvida pela autora com os mesmos recursos do programa *Skype*, cumprindo à ré tão somente abrigar esse equipamento em local físico de sua sede.

O reclamo da autora, segundo depoimento pessoal de seu representante legal, refere-se a que ao informar a ré que “*estava preparado para retirar o equipamento*”, e uma vez marcada a data para tanto, teria recebido e-mail da ré “*dizendo 'você para tirar o equipamento*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*tem que acertar com o Herbert, o meu funcionário”* (sic.), aduzindo que “*não podia tirar se não fizesse acerto de três a quatro mil reais*”, concluindo, “*nessas condições fiquei impedido de retirar o equipamento*” (fls. 190 e fls. 191).

Ou seja, a versão apresentada difere daquela descrita na inicial, onde não há esclarecimento dessa suposta “exigência” da ré, que, de sua parte, afirmou que *Herbert*, seu gerente, “*jamais faria isso*”, na medida em que “*ele é muito bem remunerado pelo trabalho que faz*” (fls. 199 e fls. 200).

Esse e.mail, com a exigência de pagamento entre R\$ 3.000,00 ou R\$ 4.000,00 em favor de *Herbert*, não acompanha a inicial e tampouco pode ser encontrado a acompanhar outras petições da autora.

Veja-se, então, que este Juízo destacou essa questão da exigência de pagamento entre R\$ 3.000,00 ou R\$ 4.000,00, pela ré, como ponto controvertido a ser objeto de prova, a cargo da autora, que sequer no depoimento da testemunha por ela arrolada obteve elemento favorável à versão sobre essa exigência.

É de se concluir, então, não haja prova dessa exigência nos autos.

Em termos da prova pericial, o laudo concluiu que teria havido “*falha no sistema de arquivos do computador servidor rotulado com a etiqueta com a sigla SRS*”, o qual “*apresentava arquivo iníttab de seu sistema operacional Linux Fedora release 3 inexistente, evidenciando falha no seu disco rígido e impossibilitando assim de operar em pleno funcionamento*” (fls. 294).

O laudo ainda atestou que esse equipamento “*estava operacional até as 20 horas do dia 30/11/2010*” (fls. 299) e que a “*grave falha em seu disco rígido, que o tornava inoperante*” (vide quesito 20, fls. 301), não obstante tenha constatado que “*não houve nenhuma interrupção de energia nas instalações onde se encontravam os computadores servidores OSS e SRS e o roteador*” (quesito 28, fls. 305), de modo que ao final, concluiu o laudo que o problema no equipamento da autora teve causa “*fortuita (eventual, ocasional, acidental)*”, que teria consistido na “*falha de um componente de computador já prestes a encerrar sua vida útil, componente este pertencente à Autora, uma vez o computador estar acondicionado em tão perfeitas condições de infraestrutura providas pela Ré e, até o conhecimento deste perito, não sendo a Ré a responsável pela manutenção dos componentes internos do computador da Autora*” (item 7., “Das Conclusões”, fls. 307 e fls. 308).

Em resumo, o que se conclui é que no dia 19 de setembro de 2010, data em que prevista a retirada dos equipamentos pela autora, tal fato não se verificou por mora da própria autora, até porque, ao contrário do que está afirmado na inicial, há nos autos prova de que a ré indagava a autora sobre a retirada dos equipamentos (vide e.mail's de fls. 144 e fls. 157), dando, portanto, suporte à afirmação lançada na contestação, no sentido de que “*inclusive mandamos e.mail bem antes de vencer o prazo pedindo para vir retirar*” (sic.).

Quanto a uma discussão surgida quando da audiência de interrogatório das partes, sobre o roteador conter dados de informação a respeito do desligamento dos equipamentos da autora (vide às fls. 191, no depoimento do representante legal da autora), o laudo pericial afirmou que nesse equipamento “*o espaço interno de memória para guardar o próprio registro de eventos é pequeno, só mantendo eventos mais recentes*”, de modo que, “*não havia condições de verificar pelo registro de eventos internos do roteador a data e hora do início de funcionamento do mesmo*” (quesito 5., fls. 296), confirmando ainda que até 30 de novembro de 2010, quando do último registro de operação do computador SRS, que o mesmo laudo atestou que ter estado “*operacional até as 20 horas do dia 30/11/2010*” (fls. 299), o roteador estava operacional (vide quesito 13, fls. 299).

Em resumo, a ação é improcedente, cumprindo à autora arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados no valor equivalente a dois

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

(02) salários mínimos, na forma prevista pelo §4º do art. 20, do Código de Processo Civil, haja vista o ínfimo valor dado à causa, meros R\$ 470,00.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO a autora despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em equivalente a dois (02) salários mínimos, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 25 de maio de 2015.

**VILSON PALARO JÚNIOR**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**